

# Câmara Municipal de Bertioga

Estado de São Paulo

Estância Balneária

INDICAÇÃO N° 26 / 16

Protocolo:	<u>255/16</u>		
Data:	<u>24/02/16</u>	Hora:	<u>08:56</u>
Ofício nº:	<u>30</u>		
Aprovado na	<u>30</u>	SO,	
realizada em	<u>23/02/16</u>	adendo	
Presidente	<u>Luis Henrique Capellini</u>		
Presidente em <u>23/02/16</u>			

**Assunto: A Câmara Municipal pede que a CODASP inclua as estradas do interior da Terra Indígena Guarani do Ribeirão Silveira na programação da CODASP, buscando executar obras de recuperação de estradas rurais de terra.**

Ref: GV/ML

Bertioga, 23 de Fevereiro de 2016

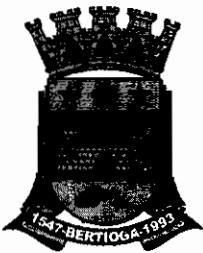
Excelentíssimo Sr. Presidente,  
Nobres Vereadores:

**Márcia Regina Braz Lia, Edvaldo Alecrim Silva , Alfonso Dari Weiland , Luiz Carlos Pacífico Junior, Luís Henrique Capellini , José Feliciano Irmão , Antônio Rodrigues Filho, Elisabeth Dotti Consolo e Valéria Bento** no uso de suas atribuições regimentais, vem perante Vossa Excelência, ouvido o Douto Plenário, fazer a seguinte Indicação:

A terra Indígena Guarani do Ribeirão Silveira com área territorial de 8.500 hectares ( demarcação física concluída em outubro /2010 e aguarda o decreto de homologação da Presidente da República) , localiza-se na divisa dos municípios de Bertioga e São Sebastião, litoral norte de São Paulo , é habitada por 120 famílias num total de 550 pessoas, sendo que 65% desta população situam-se na faixa de zero a 15 anos.

A terra Indígena Guarani do Ribeirão Silveira conta com uma unidade de Saúde mantida pelo Ministério da Saúde , dotado de uma enfermeira padrão, auxiliar de enfermagem, dois agentes indígenas de saúde, motorista, médico que atende 2 vezes por semana,que prestam todos os atendimentos de emergências de qualquer natureza.

Conta também com um consultório odontológico , e na área educacional , tem uma escola da Rede Municipal de Bertioga e uma da Rede estadual.



# Câmara Municipal de Bertioga

Estado de São Paulo

Estância Balneária

Tem dois viveiros para a produção de mudas de palmito Juçara, Açaí anão e Pupunha e a produção de plantas ornamentais, onde os indígenas comercializam as mudas produzidas e atendem pedidos pelas prefeituras locais e Empresas de paisagismos.

E existe também um projeto relevante relacionado ao reflorestamento de palmito, cujo principal objetivo é a preservação do Palmito Juçara, nativo da Mata Atlântica.

No decorrer de 2016 a CDHU irá implantar o Programa de moradia Indígena com a construção de 120 casas no interior da Terra Indígena.

A Terra Indígena Guarani do Ribeirão Silveira está incluída dentro do Programa Micro Bacias II / Secretaria Estadual de Agricultura e Abastecimento, e será executado no decorrer do ano de 2016.

A recuperação das estradas de acesso e do interior da Terra Indígena garantirá conforto, segurança e trafegabilidade aos usuários, principalmente as equipes de saúde, profissionais da área de educação e turistas, tráfego dos veículos de transportes de merenda escolar, ambulâncias, e SABESP que fazem periodicamente a manutenção da estação de coleta, tratamento e distribuição de água que localiza-se no interior da Terra Indígena e que abastece os bairros dos municípios de Bertioga e de São Sebastião, atendendo aproximadamente 20.000 pessoas, reduzirá os efeitos dos processos erosivos e o assoreamento dos cursos d'água, bem como o escoamento da produção agrícola, atualmente bastante prejudicada devido às péssimas condições das estradas e promoverá a melhoria da qualidade de vida das famílias indígenas.

Cópia para Executivo Municipal , Engenheiro Civil Toshio Misato MD Presidente da CODASP – Companhia de Desenvolvimento Agrícola de São Paulo , Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo , FUNAI, Aldeia do Rio Silveira , Secretaria de Turismo , esporte e cultura.



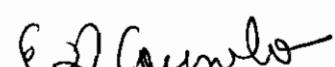
# Câmara Municipal de Bertioga

Estado de São Paulo

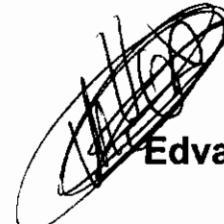
Estância Balneária

Observados os preceitos regimentais, esta é a Indicação que vai devidamente subscrita.

  
**Márcia Regina Braz Lia**  
Vereadora

  
**Elisabeth Dotti Consolo**  
Vereadora

  
**Valéria Bento**  
Vereador

  
**Edvaldo Alecrim Silva**  
Vereador

  
**Alfonso Patti Weiland**  
Vereador

  
**Luiz Carlos Pacífico Junior**  
Vereador

  
**Luís Henrique Capellini**  
Vereador

  
**José Feliciano Irmão**  
Vereador

  
**Antônio Rodrigues Filho**  
Vereador

## **COMO SOLICITAR O PROGRAMA MELHOR CAMINHO**

A Prefeitura ou Câmara Municipal do município deve fazer um ofício direcionado à Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo ou à Codasp (que direciona para a Secretaria de Agricultura), solicitando o convênio, a inclusão do município no Programa Melhor Caminho. A Secretaria encaminha o pedido à Casa Civil. Se houver aprovação, a Secretaria de Agricultura entra em contato com o município para iniciar o processo, ver documentação e etc.

Neste ofício devem constar o nome da estrada, o bairro, o trecho e a quilometragem total, por exemplo, o município necessita da recuperação de 6,0 Km no total, mas 2,5 km seriam num trecho de um bairro e 3,5 km em outro trecho de outro bairro. Também é necessário justificar a necessidade da obra para a região, por exemplo, a estrada é passagem obrigatória de veículos escolares, ambulâncias ou é o único acesso para um hospital ou alguma instituição de importância para a população local, por exemplo. Lembramos que o Programa não pode ser realizado duas vezes no mesmo trecho de uma estrada.

É o Governo do Estado quem autoriza o convênio entre a Secretaria de Agricultura e o município, e também é o Governo quem libera o recurso para a recuperação e conservação de estradas rurais, através do Programa Melhor Caminho.

A CODASP somente executa a obra, sob a orientação da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado.



Ministério da Justiça  
Fundação Nacional do Índio  
Coordenação Regional do Litoral Sudeste  
Coordenação Técnica Local de São Paulo

Of.119/CTLSP/2015

São Paulo, 10 de novembro de 2015.

**Ilmo. Sr.  
Engenheiro Civil Toshio Misato  
MD Presidente da CODASP-Companhia de Desenvolvimento Agrícola de São Paulo  
Praça Ramos de Azevedo, 254 -1º Andar Centro  
01037-010  
São Paulo-SP**

*C/C  
Funai  
Ideelv  
Cpev*  
Assunto: Recuperação estrada Terra Indígena Guarani do Ribeirão Silveira

Prezado Presidente,

1. Cumprimentando-o cordialmente, através do presente solicitamos de Vossa Senhoria estudar a possibilidade de incluir as estradas do interior da Terra Indígena Guarani do Ribeirão Silveira, na programação da CODASP, buscando executar obras de recuperação de estradas rurais de terra.
2. A Terra Indígena Guarani do Ribeirão Silveira com área territorial de 8.500 hectares (demarcação física concluída em outubro/2010 e aguarda o decreto de homologação da Presidente da República), localiza-se na divisa dos municípios de Bertioga e São Sebastião, litoral norte de São Paulo é habitada por 120 (cento e vinte ) famílias num total de 550 (quinhentos e cinquenta) pessoas, sendo que 65% desta população situam-se na faixa de zero a 15 anos.
3. A Terra indígena Guarani do Ribeirão Silveira conta com uma Unidade de Saúde mantida pelo Ministério da Saúde, dotado de uma Enfermeira Padrão, Auxiliar de Enfermagem, dois agentes indígenas de saúde, motorista, médico (atende dois dias da semana) que prestam todos os atendimentos emergências de qualquer natureza, assistência primária à saúde, etc. Conta também com um Consultório Odontológico, dotado de um profissional e que presta todo o atendimento odontológico necessário. Em relação à área educacional, existe uma Escola da Rede Municipal de Educação do Município de Bertioga -ESCOLA MUNICIPAL INDÍGENA GUARANI NHEMBO E' A' PORÃ e uma Escola da Rede Estadual de Educação do Estado de São Paulo - ESCOLA ESTADUAL INDÍGENA TXERUBA'E.

4. Existem no interior da Terra Indígena dois viveiros para a produção de mudas de Palmito Juçara, Açaí e açaí anão e Pupunha, bem como a produção de plantas ornamentais (Bastão do Imperador, Helicôneas, Banana Flor, dentre outras). Todos os viveiros estão em pleno funcionamento e os indígenas comercializam as mudas produzidas nestes viveiros, atendendo pedidos encomendados pelas Prefeituras locais, empresas de paisagismo, particulares. Existe um projeto relevante relacionado ao Reflorestamento de Palmito, cujo principal objetivo é a preservação do Palmito Juçara, nativo da Mata Atlântica.

5. A Terra indígena Guarani do Ribeirão Silveira está incluída dentro **do Programa Micro Bacias II/Secretaria Estadual de Agricultura e Abastecimento**, e será executado no decorrer do ano de 2016.

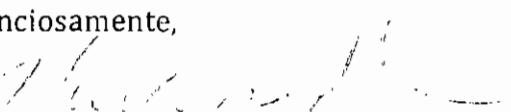
6. A recuperação das estradas de acesso e do interior da Terra Indígena garantirá conforto, segurança e trafegabilidade aos usuários, principalmente as equipes de saúde, profissionais da área de educação e turistas ,tráfego dos veículos de transporte de merenda escolar, ambulâncias; tráfego dos veículos da SABESP que fazem periodicamente a manutenção da estação de coleta, tratamento e distribuição de água que localiza-se no interior da Terra Indígena e que abastece os bairros dos municípios de Bertioga e São Sebastião, atendendo aproximadamente 20.000 pessoas; reduzirá os efeitos dos processos erosivos e o assoreamento dos cursos d'água; bem como o escoamento da produção agrícola, atualmente bastante prejudicada devido as péssimas condições das estradas e promoverá a melhoria da qualidade de vida das famílias indígenas.

7. Salientamos também que no decorrer do ano de 2016 a CHDU irá implantar o Programa de Moradia Indígena, com a construção de 120 (cento e vinte) casas no interior da Terra Indígena.

8. Colocamos a vosso inteiro dispor para acompanhar a equipe de técnicos da CODASP até a Terra Indígena, para in-loco analisar melhor a situação das estradas.

9. Aproveito o ensejo para apresentar a Vossa Senhoria protestos de estima e apreço.

Atenciosamente,

  
**Marcio José Alvim do Nascimento**  
Coordenador  
P.P 482 de 06 de abril de 2011



## **Empresa Oficial de Motomecanização do Estado de São Paulo**

### **CODASP**

A Companhia de Desenvolvimento Agrícola de São Paulo (Codasp) é a empresa oficial de serviços de motomecanização do Governo do Estado.

Com 87 anos, é vinculada à Secretaria de Agricultura e Abastecimento e atua em consignação, por conta própria ou por conta de terceiros, no ramo da engenharia operando em atividades de motomecanização, obras e edificações.

Oferece serviços de infraestrutura voltados ao agronegócio, à irrigação, agricultura, silvicultura, agropecuária, desenvolvimento sustentado, conservação do meio ambiente e dos recursos naturais renováveis, principalmente do solo e da água.

De economia mista e uma sociedade por ações, faz parte da administração indireta do Estado, atuando em atividades que implementem a política do Governo Estadual de São Paulo e ainda, celebra convênios para atingir as metas dos programas instituídos pelo Chefe do Poder Executivo, relacionados com as atividades da Empresa. A Codasp propriamente dita tem 28 anos com esta

definição. No dia 29 de outubro de 1987, o então Governador do Estado de São Paulo Orestes Quérzia, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no artigo 89 da Lei nº 9.717, de 30 de janeiro de 1967, assinou o DECRETO nº 27.507, que dispõe sobre a transformação da então Companhia Agrícola, Imobiliária e Colonizadora - CAIC para CODASP - Companhia de Desenvolvimento Agrícola de São Paulo (veja mais sobre o histórico da companhia ao final deste folder).

### **AMPLA ATUAÇÃO NO RAMO DE MOTOMECHANIZAÇÃO**

A Codasp atua em todo o estado de São Paulo e entre seus principais clientes estão Prefeituras, Cooperativas, Produtores rurais e órgãos públicos federais, estaduais e municipais, entre os quais destacamos:

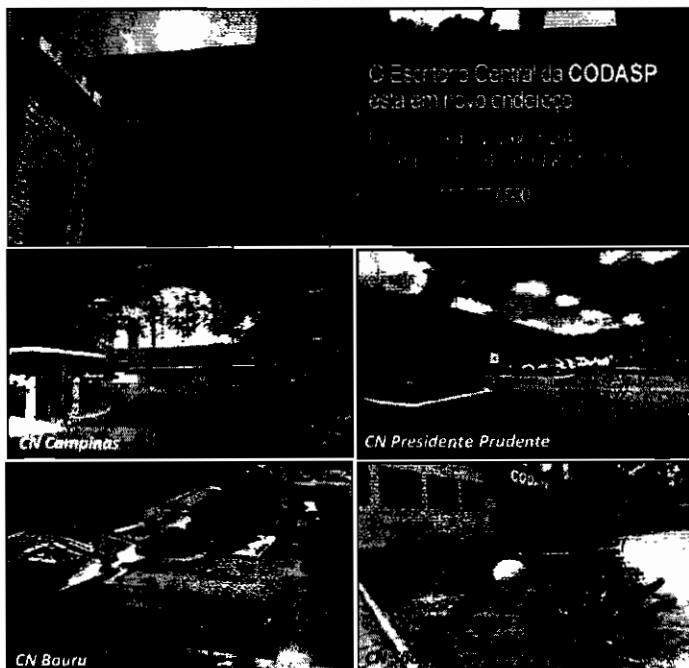
- Secretaria de Agricultura e Abastecimento (SAA)
- Usinas de Açúcar e Álcool
- 640 Prefeituras Municipais
- Agricultores

- Secretaria da Administração Penitenciária (SAP)
- Secretaria da Justiça e Defesa da Cidadania  
- ITESP, Fundação CASA
- Secretaria dos Transportes Metropolitanos  
- CPTM - Cia. Paulista de Trens Metropolitanos
- Casa Militar – Coordenadoria da Defesa Civil
- Secretaria do Meio Ambiente  
- Fundação Florestal,  
- Parque da Água Branca,  
- Parque Cândido Portinari  
- Parque Villa-Lobos
- INCRA – Inst. Nac. Colonização e Reforma Agrária

## PROFISSIONAIS TREINADOS

Com a missão de contribuir para o desenvolvimento econômico-social das regiões onde opera com ações em infraestruturas orientadas à conservação do solo e da água e com foco em serviços que promovam desenvolvimento com respeito ao meio ambiente, a Codasp investe na qualificação dos seus colaboradores, promovendo treinamentos e atualizações profissionais, principalmente para as áreas técnica, de engenharia e mecânica de maquinário e equipamentos modernos.

## ESTRATEGICAMENTE LOCALIZADA



A Codasp possui cinco unidades, sendo quatro Centros de Negócios com oficina e engenheiros localizados em Bauru, Campinas, São José do Rio Preto e Presidente Prudente e o Escritório Central na capital. São os Centros de Negócios que executam os serviços.

## PROGRAMA MELHOR CAMINHO

O Programa Melhor Caminho foi instituído pelo Decreto nº. 41.721 de 17 de abril de 1997, destinado à elaboração de convênios entre a Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo e prefeituras municipais para a execução de obras de recuperação de estradas rurais de terra e não

consto, nem pode constar no escopo do Programa Melhor Caminho, o revestimento asfáltico da estrada de terra. A proposta do Programa Melhor Caminho é de interesse social. Ela está respaldada pela Lei nº. 6171 de 04 de julho de 1988 e regulamentada pelo Decreto nº. 41.719, de 16 de abril de 1997, que dispõe sobre o uso, conservação e preservação do solo agrícola.



### O Programa Melhor Caminho tem como objetivos:

- Readequação das plataformas das estradas rurais de terra, com ou sem a elevação do "greide estradal", para a implantação de sistema de drenagem superficial eficiente;
- Dotar os pontos de sangria da estrada (deságue) de estruturas que evitem a ocorrência de processos erosivos nas propriedades lindeiras, como terraços ou bacias de captação, favorecendo a infiltração das águas pluviais e a recarga do lençol freático.
- Melhorar as condições de suporte e rolamento das pistas das estradas rurais com a execução de revestimento primário.

### E como Benefícios:

- Estradas rurais de terra com boas condições operacionais e de conforto, segurança e trafegabilidade aos usuários;
- Preservação dos recursos naturais – especialmente a água e o solo – reduzindo os efeitos dos processos erosivos e o assoreamento dos cursos d'água;
- Redução dos custos dos transportes dos insumos e da produção agrícola;
- Redução do custo de conservação e prolongamento da vida útil da estrada;
- Promoção da melhoria da qualidade de vida da população da região beneficiada;
- Transferência de tecnologias de conservação de estradas rurais de terra às administrações municipais por meio de treinamentos.

A execução da obra acontece em várias etapas, o trabalho realizado em síntese é composto de adequação do leito, drenagem (tubulação onde necessária) e incorporação e compactação de material granular (brita). Você pode obter mais informações no site da Codasp.

Tudo isto é realizado por engenheiros e técnicos, com projeto específico e laudos técnicos, acervados e arquivados junto ao processo da obra. A Codasp é somente a executora da obra e como executora não pode interferir nas definições da prefeitura, salvo se não for possível executar o que foi solicitado ou não for adequado tecnicamente falando.

A obra só é considerada acabada depois que a Secretaria de Agricultura faz uma inspeção e a prefeitura do município assina um termo técnico de recebimento da obra atestando que a mesma foi executada de acordo com o solicitado e de acordo com o contrato e que está ciente de sua responsabilidade de manter a estrada em condições adequadas de uso.

# UMA TECNOLOGIA DE RECUPERAÇÃO AMBIENTAL CERTIFICADA ISO 9001



O diferencial do modelo de intervenção para a recuperação de estradas rurais de terra, preconizado pelo Programa Melhor Caminho executado pela Codasp, além da garantia em promover melhorias para a operacionalização da estrada, está na implantação de práticas conservacionistas do solo e da água. Assim, com o objetivo de melhoria contínua em obras de infraestrutura, especialmente na área do agronegócio e atendendo aos requisitos legais, desde 2002, a CODASP é certificada pela norma NBR ISO 9001:2008 em Projeto, Planejamento, Execução e Controle de obras de adequação de estradas rurais de terra, com ênfase na conservação do solo e da água, atividades que desenvolve com o Programa Melhor Caminho.

## MAIS DE 12.000 Km DE MELHOR CAMINHO JÁ REALIZADOS PARA A POPULAÇÃO DO ESTADO DE SP

Com 18 anos de existência, o programa já recuperou mais de 12.000 km de estradas rurais de terra em todo o estado de São Paulo e a intensidade com que ainda é requisitado demonstra o sucesso de seu empreendimento e das políticas públicas.

Dos 645 municípios do Estado, 624 já foram atendidas pelo programa, somando mais de 2.228 obras com investimento de quase R\$ 700 milhões.

Os recursos para o programa vêm do orçamento do estado e os valores para cada cidade/município são definidos segundo avaliação do governo estadual.

É feito um levantamento prévio, baseado em critérios técnicos e de acordo com a situação dos trechos mais críticos. Os recursos ficam alocados na SAA-Secretaria de Agricultura e Abastecimento, que contrata a Cadasp para executar o programa, só

liberando o repasse após a entrega técnica da obra.

Atuando quase que exclusivamente no meio rural ou perímetro urbano, a primeira cidade a receber o Programa Melhor Caminho foi Limeira. Esta primeira obra foi executada em abril de 1997 com a recuperação de 25,3 km de estrada rural de terra.

Todas as obras realizadas pela Codasp são acompanhadas por pessoal técnico especializado, engenheiros e através do gerenciamento de um dos quatro Centros de Negócios CODASP, responsável pela obra: CN de Bauru, CN de Campinas, CN de São José do Rio Preto e CN de Presidente Prudente.

O valor por km executado/recuperado depende muito da topografia e das dificuldades encontradas na estrada a ser recuperada.

## COMO SOLICITAR O PROGRAMA MELHOR CAMINHO

A Câmara Municipal ou Prefeitura do município deve fazer um ofício direcionado à Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo ou à Codasp solicitando o Programa Melhor Caminho, ou seja, a inclusão do município no convênio. A Secretaria encaminha o pedido à Casa Civil e havendo aprovação do Governo do Estado, a Secretaria de Agricultura entra em contato com o município para iniciar todo o processo.

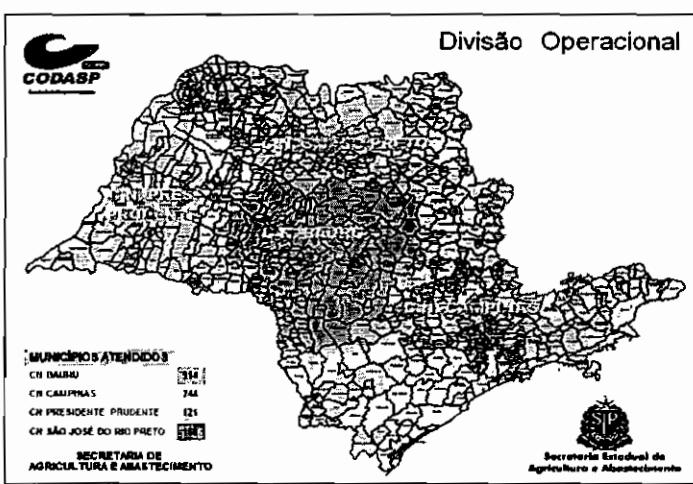
Neste ofício devem constar o nome da estrada, o bairro, o trecho e a quilometragem total, por exemplo, o município necessita da recuperação de 6,0 Km no total, mas 2,5 km seriam num trecho de um bairro e 3,5 km em outro trecho de outra bairro. Também é necessário justificar a necessidade da obra para a região, por exemplo, a estrada é passagem obrigatória de veículos escolares, ambulâncias ou é o único acesso para um hospital ou alguma instituição de importância para a população local e etc. Lembramos que o Programa não pode ser realizado duas vezes no mesmo trecho de uma estrada e que não consta do escopo do Programa, o revestimento asfáltico da estrada de terra.

É o Governo do Estado quem autoriza o convênio entre a Secretaria de Agricultura e o município e também é o Governo quem libera o recurso para a recuperação e conservação de estradas rurais de terra, através do Programa Melhor Caminho.

A CODASP somente executa a obra, sob a orientação da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado.

## RESPONSABILIDADE COMPARTILHADA

Antes de iniciar uma obra a Cadasp precisa ter algumas autorizações e licenças. Estas autorizações e licenças são emitidas pela prefeitura do município, como por exemplo, autorizações de proprietários, quando a obra exige adentrar parte de área privada; retirada e recolocação de cercas, licença ambiental da CETESB, autorização da própria prefeitura para manuseio da estrada e terras em área defronte a propriedades, que em alguns municípios, são de



• responsabilidade da própria prefeitura, por força de lei municipal e etc. A Codasp não pode e não faz nenhuma intervenção, sem antes ter obtida autorização da prefeitura, que também apresenta licenças, documentos, autorizações e etc., quando necessário.

## CONTRAPARTIDA DAS PREFEITURAS

A prefeiturão também contribui com uma contrapartida que gira em torno de 10% do valor total da obra, mas cada caso é um caso que varia de acordo com as condições do ambiente/local da obra. Grande parte deste valor é aplicado em forma de serviços da própria prefeitura, com alojamento e alimentação para os trabalhadores da obra.

## A MANUTENÇÃO DA ESTRADA É UM DEVER DA PREFEITURA

Outra questão muita importante é a manutenção do estrada rural de terra. A responsabilidade de manutenção da estrada após receber o Programa Melhor Caminho é da prefeitura municipal. Após o término dos obros de recuperação das estradas rurais de terra, são passados às prefeituras, orientações de manutenção e conservação das mesmos através de um livrte técnico informativo com as principais técnicas e práticas a serem adotadas, visando à conservação das estradas, do serviço que foi feito. Então, se a prefeitura não realizou a manutenção adequado, após por exemplo, dois anos, a estrada provavelmente vai parecer que nunca safreu nenhuma intervenção, principalmente se recebe tráfego intenso, escoamento de produção agrícola com pesados caminhões e etc.

## TRANSFERÊNCIA DE TECNOLOGIA

A CODASP também promove periadicamente o Curso de Recuperação, Conservação e Manutenção de Estradas Rurais de Terra, destinados aos profissionais (engenheiros, técnicos operacionais, técnicas de campa e aperadores de máquinas) das prefeituras municipais do interior do Estado, com o objetivo de capacitar-los a realizar a correta manutenção das estradas rurais.

Os cursos abertos e sem custo são realizados por região, com parte teórica e prática e geralmente reunindo um grupo de municípios circunvizinhos que já receberam o Programa Melhor Cominho.

## AÇÕES EMERGENCIAIS

Como acantece todo ano, temos o período de chuvas que vai da 2ª quinzena de setembro a 1ª quinzena de maio. Nesta época, não estamos livres das ocorrências de desastres naturais, enchentes, inundações e deslizamentos e estar preparado é a grande diferença entre a vida e a morte de muitas pessoas. Por este motivo a Codasp, em parceria com a Defesa Civil do Estado de São Paulo, promoveu

treinamento de quase 100 Codaspianos para atuarem nestas situações de emergência.

Quando convocada (pela Defesa Civil ou diretamente pelo Governador do Estado), a Codasp atua no processo com o objetivo de restabelecer a normalidade de tráfega, sempre trabalhando sob orientação e somando esforços junto à Defesa Civil, disponibilizando seu pessoal técnico e equipamentos específicos para estas situações.

A Codasp já executou diversas intervenções com ações emergenciais em estradas rurais nas regiões de Vale do Ribeiro, Alto Ribeiro e Vale do Paraíba entre outros.

É preciso mais do que experiência! Desde as primeiras ações emergenciais em que a Codasp foi convocada e a cada desafio enfrentado, barreiras removidas e locais com tráfega restabelecido, pudemos sentir o bem realizado e a gratidão expressa nos olhares das comunidades, até então isoladas, e isso nos fez perceber nessa real missão, o nosso verdadeiro compromisso social e nossa participação (ainda que coadjuvante) nas Ações da Defesa Civil.

UM  
POUCO  
DE  
HISTÓRIA.



Foi em 1987 que a Codasp recebeu a denominação utilizada atualmente. Sua história remete ao ano de 1928, quando acionistas da Companhia Paulista de Estradas de Ferro fundam a Companhia Geral de Imigração e Colonização do Brasil (CGICB) encarregada de fornecer mão-de-obra à atividade agrícola e abrir caminhos aos avanços dos trilhos da estrada de ferro. Em 1929, com a crise do café, a CGICB divide em lotes seus grandes latifúndios que dariam origem, mais tarde, a diversos municípios do interior de São Paulo. Em 34, muda de nome, tornando-se a Companhia de Agricultura, Imigração e Colonização (Caic), com atividades voltadas à palicatura e pequenas propriedades, oferecendo condições de fixação aos trabalhadores. Em 58 mantém a sigla, mas altera o nome para Companhia Agrícola Imobiliária e Colonizadora, passando, também, a comprar e vender imóveis.

Em 1961 passa para o controle do poder público estadual e assume o Programa de Revisão Agrária. Em 1970 incorpora a área de motomecanização do Departamento de Engenharia e Mecânica Agrícola, órgão também vinculado à Secretaria de Agricultura. Transfarma-se, basicamente, em uma companhia de motomecanização agrícola, passando a prestar serviços remunerados a agricultores. Em 1986 liga-se à Secretaria Executiva de Assuntos Fundiários, atuando como braço operacional da reforma agrária no Estado, desenvolvendo e executando projetos de assentamento rural. Dessa época é também o Programa Estadual de Conservação do Solo e da Água, embrião do que desenvolveria a partir daí já como Codasp. (Fonte: Assessoria de Comunicação da Codasp, 24/02/2015).



CODASP - Companhia de Desenvolvimento Agrícola de São Paulo  
Diretor - Presidente: Toshi Misato  
Diretor de Operações: Alexandre Penteado Pires  
Assessoria de Comunicação e Elaboração: Eliana Guedes  
[www.codasp.sp.gov.br](http://www.codasp.sp.gov.br)